Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

Serviço de Notícias – Agência INFRA
Ano XIx - 2016/17 (41 ou número de 1242/17)
Resumo Semanal - 04 de agosto a 11 de setembro

OLÁ, *|FNAME|*!
Você está recebendo um resumo do Serviço de Notícias da Agência INFRA, com informações publicadas na semana anterior:
Nesta edição: assinatura anual | assinatura semestral | assinatura trimestral | Facebook

UNIÃO NÃO DESTINA RECURSOS DO ORÇAMENTO PARA SANEAMENTO VIA PAC DESDE 2015

Alessandra Duarte, da Agência INFRA

De janeiro de 2015 até junho deste ano, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o saneamento básico não recebeu recursos próprios que não fosse contrapartida de financiamentos, nem teve verba do Orçamento Geral da União ou de empresas estatais. Se pareceu, o dinheiro privado preferiu setores como geração e transmissão de energia, portos, e petróleo e gás. O investimento foi feito pela **Agência INFRA** em dados de 27 e do 27 balanços do PAC solicitados ao Ministério do Planejamento; e 27 balanços foi anunciado pelo governo federal na semana passada.
O setor de saneamento básico foi o que mais recebeu recursos do PAC, mas a maior parte dos investimentos foi feita por empresas estatais e por meio de financiamentos. Nos últimos dois anos, o setor teve R$ 4,4 bilhões em recursos do PAC, mas a maior parte deles foi para empresas estatais e por meio de financiamentos. Nos últimos dois anos, o setor teve R$ 4,4 bilhões em recursos do PAC, mas a maior parte deles foi para empresas estatais e por meio de financiamentos.
A execução dos recursos do financiamento a agentes privados (empresas do setor) foi de aproximadamente R$ 3,8 bilhões. Se total, o investimento foi o pouco mais de R$ 8 bilhões executados de janeiro de 2015 a junho de 2017. Ou seja, todos dinheiro do setor foi empréstimo feito a agentes públicos e privados. São fazer recursos do orçamento, o que acaba para outras áreas da infraestrutura.
O 27 balanços do PAC mostra que absolutamente de água, negligenciado e mesmo de vazilhas sólidas urbanas (nosso investimentos de R$ 72,4 bilhões no período do programa, boa significa que os recursos executados (pagos), segundo os dados enviados pelo Planejamento, ocuparam a pouco mais de 22% do total de investimentos em todas as áreas. (em 2108)
mais notícias aqui

COM O PLANÁRIO VAZIO, PROPOSTA QUE CRIA TETO DE TARIFA DO PEDÁGIO É APROVADA EM COMISSÃO

Clara Ramos, da Agência INFRA

A proposta que cria um teto para os pedágios em estradas e vias rodoviárias, o PLP (Comissão de Coação e Transporte) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (30), o projeto de lei 7.7963/14 que regula limites em valor da tarifa básica de pedágio cobrados em rodovias federais concessões. O teto varia de R$ 2 para cada 100 quilômetros. Se aprovado como está, o limite incidirá sobre os atuais contratos, que têm valores mais altos que esse na maioria das vias.
A proposição é uma polêmica controversa tanto para investimentos. Já no parlamentares responsáveis apontam que ela fere justiça. A proposta, entre outro estabelece PT (Comissão de Finanças e Tributação) e na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa.
O teste da medida determina que o valor do pedágio deverá ser igual ou inferior ao da tarifa teto quilométrico instituída que seria do cinco centavos (R$2,00). Por definição, também, que a quantia a ser cobrada será inferior ao valor da tarifa básica de pedágio.
O relatório do deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO) foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. Ele recomendou a aprovação do projeto de lei 7.7963/14 que cria o teto para as tarifas de pedágio cobradas em rodovias concessionárias.
Uma audiência pública da CFT com auditores do Tribunal de Contas sobre investimentos, vistas e contrapartidas de concessionárias de rodovias e ferrovias foi marcada para 23 de setembro, às 10h, na Câmara. (em 2108)
mais notícias aqui

O RESULTADO DE TRANSFORMAR CONCESSÃO EM OBRA PÚBLICA: PF FAZ OPERAÇÃO NA CONCEPA, DA TRIUNFO

Vinnet Amaro e Claudio Burgos, da Agência INFRA

A política de capacidade atrelada ao aumento para fazer obras de concessões rodoviárias federais, implementada pelo governo passado, teria a mais um caso de acusação de malversação de recursos vertos a concessionárias responsáveis.

A Triunfo Concepa, concessionária da BR-290/RS, foi alvo da operação Carona Livre, deflagrada pela Polícia Federal (PF), na quarta-feira (30), por suspeita de desvio de R$ 350 milhões para execução de um trecho de 19 quilômetros de quarta pista no trecho, conhecido como Free Way, na Região Metropolitana de Porto Alegre. A composição atrelou R$ 350 milhões em recursos públicos para a construção, entre 2012 e 2014.
A Triunfo detém antecipa antecipou semelhantes em outro área de trecho Sul, a Nova Rodovia do Sul, na sua concessão de R$ 436,8bi, cobrada com recursos do orçamento federal repassado pelo governo à concessionária. Mesmo assim, o empreendimento foi paralisado antes da conclusão e está produto pelo TCU (Tribunal de Contas da União) de receber recursos.
A Triunfo Concepa é a mesma empresa que foi alvo de operação da Polícia Federal em 2015 por suspeita de desvio de R$ 1,2 bilhões em recursos do BNDES e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a construção da ponte do Guaíba.
O caso acima, e Triunfo que teria desrespeitado que as concessões superfaturaram as obras. Mas ainda também pelo desvio de pedágio, o trecho de maior volume arrecada. É no concessionária. Ou seja, ao não de maior carro, a empresa não tem como compensar por fazer a obra que recebeu um trecho. O resultado é que Triunfo pede menor preço. Sai dinheiro público, o motorista é o capaz. Quanto mais cara, menor a gestão das empresas. (em 1108)
mais notícias aqui

ANTT ALTERA RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA PROJETOS DE INTERESSE DE TERCEIROS NAS FERROVIAS

Cláudia Burgos e Vinnet Amaro, da Agência INFRA

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou, na quarta-feira (30), mudanças na Resolução nº 5.835, publicada em 2017 (Diário Oficial da União) que regula vagas, consideradas mais simples, para obter autorização para terceiros realizarem obras na faixa de domínio de malha concessiona.
A Resolução 5.835, publicada em 2017 (Diário Oficial da União) que regula vagas, consideradas mais simples, para obter autorização para terceiros realizarem obras na faixa de domínio de malha concessiona.
A ANTT recebe entre 80 e 100 pedidos de autorização para execução de obras, o maior de concessionárias de serviços públicos de água, esgoto, telefonia e saneamento, que precisam transpor a ferrovia.
Segundo a ANTT, a nova redação do texto trouxe, que modifica a Resolução 3977, 2.000/2008, recebe no mapa que editou a documentação original. Pela nova redação, a concessionária deverá encaminhar a agência um relatório técnico de apresentação das obras contendo a avaliação das possíveis interferências nas operações ferroviárias. (em 2908)
mais notícias aqui

INFRAENTREVISTA: MARTIN KAISER, DIRETOR DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL

Vinnet Amaro, da Agência INFRA

O economista Martin Kaiser tem trabalhado em parceria com desenvolvimento desde de 2002, quando entrou no Banco Mundial, após passar por bancos de fomento. Na pouco mais de três anos como chefe do banco no país, ele fez um cálculo sobre as concessões envolvendo polo governo.

"A privatização, definitivamente, não é um substituto para o ativo público Brasil que o Brasil precisa, não deve haver 'Leão sobre tem'", disse a atenção em entrevista à **Agência INFRA**.
Sobre a meta nova política no setor, a mesmo/não ou não do TCP (Taxa de juros de longo prazo), Kaiser afirma que o país está como falta dinheiro sobre subsídio. O Canada sendo mesmo semanal é uma medida amenizar/ativo menos sai ou não sai mantida.
Para ele, colocar dinheiro público em projeto é justificável, desde que seja comprovado que o retorno social é maior que o private. Para Kaiser, o problema está na falta de transparência das atuais solicitações do BNDES.
"Existem muitas áreas de infraestrutura sendo o investimento privado é valor, sem a necessidade de subsídios", disse Kaiser, lembrando que o atual modelo está acrescendo o centro das contas públicas e que também é necessário mudar a forma como as entidades empreendedoras são feitas no país. "A matéria é introduzida com base em bargaste".
Leia a íntegra clicando e outras entrevistas no site da Agência INFRA. (em 2508)
mais notícias aqui

A **agência INFRA** tem o compromisso de arrisgar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além das bulletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. O Resumo Semanal é um resumo das principais notícias publicadas na semana anterior. Caso queira evitar nosso serviço de notícias diário, clique aqui e cancele.
Caso você já receba nossas informações e não queira receber o resumo, solicitamos que faça a exclusão diretas lista no fim dessa mensagem.
Equipe Nós sabemos que nos tornamos parte da sua rotina e nos comprometemos a manter o nível de qualidade que tem conquistado ao longo dos anos. **Sugestões/reclamações/elogios** em nosso contato.
Assuntos Na lista, assuntos mais relevantes são: integração de modalidades de transporte, dados públicos e de geoprocessamento, setor ferroviário, cidade.
Integrantes
Marcos Vasconcellos (chefe)
Vinicius Lima
Jéssica
Equipe Agência INFRA
Clara Ramos, Cláudio Burgos, Fernando João Gomes, Bernardo Camargo e Alessandra Duarte.
+55 (61) 98181-2775
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência INFRA. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.